

ENSINO DA FÍSICA: CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Andréia Caroline Félix da Silva; Rafaella Asfora Siqueira Campos Lima.

Universidade Federal de Pernambuco

andreia.carol.xyz@hotmail.com

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a concepção de alunos de licenciatura em física da Universidade Federal de Pernambuco sobre educação inclusiva. Considerando que este tema tem sido amplamente discutido nos últimos anos e que para tal, é necessário repensar o sistema educacional o que inclui a prática pedagógica da equipe docente, fizemos uma pesquisa de natureza qualitativa, com cinco participantes, alunos de licenciatura em física cursando períodos diferentes. Foram realizadas entrevistas individuais e as respostas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo. Os alunos da licenciatura em física mostraram compreender a educação inclusiva como pauta necessária em sua formação docente, destacando a ausência da capacitação quanto à mesma em suas grades curriculares como um problema a ser resolvido; mostraram compreender também a inclusão como direito de todos e a integração como um processo que pode fazer parte da escola inclusiva. A perspectiva inclusiva foi discutida como uma estratégia de minimizar as barreiras atitudinais, comunicacionais e sociais e como uma necessidade de toda a sociedade, o que inclui a escola. Apresentaram dificuldades quanto ao uso da terminologia sobre deficiência, quanto ao uso de recursos didáticos disponíveis e estratégias de ensino que permitam um ensino igualitário na diversidade e, principalmente, à inclusão quanto ao aluno com deficiência visual, alegando que todos os recursos didáticos utilizados no ensino da física são visuais. Destacaram sentirem-se responsáveis no processo de inclusão tanto quanto os profissionais especializados em educação especial, mas despreparados, principalmente, quanto às suas atividades profissionais. Destacou-se também uma iniciativa por parte da instituição ao inserir a disciplina de Libras como obrigatória no perfil novo do curso em questão. Os dados permitiram visualizar como anda o avanço quanto ao processo de inclusão escolar, no tocante à formação docente em física.

Palavras-chave: Física, capacitação, escola, deficiência, inclusão.



1. INTRODUÇÃO

Embora a educação no Brasil nem sempre tenha sido pensada como direito de todos, já existe uma luta antiga em busca desse ideal e essa luta não é só pelo acesso à educação de forma igualitária, também busca garantir a qualidade da educação que tem sido ofertada. Ao analisarmos o histórico da legislação da educação brasileira, nos deparamos com uma evolução lenta, porém significativa, essencial na promoção de mudanças no sistema educacional (COELHO, s.d.).

No tocante à educação como direito de todos - direito previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, ainda vivemos um processo de adaptação ao que nos é requisitado por lei. Embora o normativo legal que confirme a educação como direito seja de 1988, ainda hoje existe o pensamento de que a educação de pessoas com deficiência é um dever do Estado e apenas dele (FERREIRA, 2015). Exemplos como esses evidenciam que o nosso país ainda possui muitos problemas a serem resolvidos quanto às questões inclusivas.

No histórico da legislação educacional, encontramos outro documento muito importante na discussão de tais questões, a chamada Convenção Internacional Dos Direitos Das Pessoas Com Deficiência de Nova York, que passou a ter força constitucional após a edição da Lei Complementar Federal, nº 132 de 7 de Outubro de 2009. É com a Convenção de Nova York que se concretiza uma nova concepção de deficiência, favorecendo o surgimento de outros documentos que tenham seus princípios como base, onde pensamentos como o da situação descrita por Ferreira (2015), não tem base legal.

Ainda mais recente, podemos citar a Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que entrou em vigência no início de 2016 e trouxe a necessidade de mudança de visão e atitudes quanto à pessoa com deficiência. Distante de ser um estatuto que apenas implica mudanças arquitetônicas, a lei nº 13.146/2015 engloba todos os aspectos da vida, dos direitos do ser humano e do seu espaço na sociedade.



É notório que a inclusão é um processo que requer políticas públicas como ferramenta para a garantia de direitos e apesar de visíveis avanços nesta área, a legislação tem materializado a luta travada pelos movimentos sociais de pessoas com deficiência por direitos.

Dados do Censo Escolar retratam que o número de matrículas em 2014 em classe comuns da educação básica aumentou em mais de 2.000% em comparação com os números de 1998 (PORTAL BRASIL, 2015). Mas, muito além de possibilitar a matrícula na escola estão às outras barreiras que o aluno com deficiência trará dentro dela, que não necessariamente diz respeito à sua deficiência, mas a todo um contexto educacional. (IDE, s.d.)

Quanto às solicitações dessas legislações, o Ministério da Educação criou uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que requer uma mudança cultural e estrutural das escolas visando a não discriminação de qualquer pessoa. Visando orientar os sistemas educacionais inclusivos, discute a Resolução CNE/CEB, 04/2009 que assegura ao aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação o acesso ao atendimento educacional especializado – AEE, como medida complementar do ensino, ou seja, todos devem estar inseridos na sala de aula regular e os que apresentarem necessidades especiais devem ter seu processo de aprendizagem amparado pelos recursos do AEE. Mas como se dará o processo inclusivo fora desse atendimento especializado?

Segundo determina a LDB 9.394/96, no art. 59:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

...

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Acordado à lei supracitada, os professores do ensino regular também devem estar capacitados para a integração desses alunos, não sendo somente responsabilidade dos profissionais especializados em educação especial. Conforme o disposto na Declaração de Salamanca de 1994, crianças com necessidades especiais não deveriam aprender sob a metodologia de um currículo diferenciado das demais; deveriam receber a mesma educação e apoio instrucional que as outras crianças, acrescido de uma assistência extra às crianças que assim precisem.



Mas, para que a ideia de escola inclusiva seja possível é preciso que os professores estejam capacitados e tenham o suporte pedagógico necessário à sua adaptação (GLAT e FERNANDES, s.d.). A dicotomia histórica relacionada ao ensino da criança “normal” e ao ensino da criança “excepcional” influenciou a formação dos ditos professores regulares e professores de educação especial. Enquanto a criança não apresentasse nenhum problema de aprendizagem ela pertenceria à classe regular e, quando apresentasse algum distúrbio, deficiência ou qualquer tipo de quadro que afetasse sua aprendizagem, ela passaria a ser de responsabilidade do professor de educação especial (GLAT e NOGUEIRA, 2003).

Essa concepção de normalidade ainda afeta a grade curricular dos cursos de diversas licenciaturas, contribuindo para a permanência dessa visão dicotômica do alunado. Segundo GLAT e NOGUEIRA, os professores agem desta maneira por não terem recebido em seus cursos de formação, capacitação e instrumentalização necessárias para que pudessem conceber suas práticas pedagógicas de forma inclusiva.

Considerando a importância do professor no processo de inclusão, o objetivo deste estudo foi analisar a concepção de alunos da graduação de licenciatura em física sobre a relevância da disciplina Educação Inclusiva em sua formação inicial, analisar os recursos disponibilizados e se a prática docente é discutida sob esta ótica.

2. METODOLOGIA

Participantes: Fizeram parte desta pesquisa cinco alunos do curso de licenciatura em física da Universidade Federal de Pernambuco, sendo três do sexto período, um do quarto período e outro do décimo período; dois deles conhecem e convivem com pessoas com deficiência, outros dois só conhecem e não convivem e um não conhece.

Os perfis curriculares destes alunos permitem que: o aluno do quarto período já tenha participado de debates sobre o contexto atual da educação brasileira e compreenda a diversidade no processo de aprendizagem a partir da individualidade de cada aluno; os alunos do sexto período além das habilidades já citadas, já tenham tido contato com o exercício da docência e tenham noções de didática, e o aluno do décimo período (que já deveria estar formado, pois o curso compreende oito períodos) deveria estar apto ao exercício de sua função.

Todos os entrevistados já estão atuando na área, seja pelos programas de Iniciação a Docência disponibilizados pela universidade ou por contratos com aulas particulares e/ou escolas públicas e particulares.

Instrumento: Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada Focalizada.

O pesquisador propôs perguntas de caráter opinativo que permitissem analisar a concepção de educação inclusiva que o entrevistado já adquiriu até o momento da entrevista. Foram questionadas a relevância de disciplinas de educação inclusiva na grade curricular de seu curso e sua obrigatoriedade, a postura deles quanto aos alunos com necessidades especiais, suas concepções de inclusão, suas estratégias didáticas quanto à alunos com necessidades especiais, incluindo planejamento das aulas, recursos utilizados e formas de avaliação.

Procedimento de Coleta de Dados: Após a seleção de alunos que já tivessem a experiência com a prática docente, seja por estágios, iniciação à docência ou por aulas em escolas particulares e/ou públicas, realizamos a coleta de dados em uma sessão com cada estudante de 7 a 10 minutos. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Procedimento para a análise dos dados: Após a transcrição das entrevistas, foi estudado todo o material obtido e fez-se a análise de conteúdo, consoante a proposta de Bardin (OLIVEIRA, 2003), na qual o pesquisador seleciona o tipo de conteúdo que será examinado, podendo perceber o que é dito e o que se encontra nas entrelinhas.

Cada entrevista foi organizada de acordo com três fatores: Fator 1: Relevância de capacitação para educação inclusiva na formação docente; Fator 2: Percepção sobre questões inclusivas em relação à pessoas com deficiência, com os itens: Uso de terminologias específicas e discussão sobre inclusão “versus” integração; Fator 3: Prática docente e perspectiva inclusiva, com os itens: planejamento de aulas, recursos e metodologias e avaliação sob a perspectiva inclusiva.

Inicialmente, destacaram-se os fatores dentro do tema e subdividiram-se em suas respectivas respostas; cada resposta foi elencada a recortes do texto que, por último, foram agrupados e categorizados quanto às ideias comuns apresentadas pelo grupo pesquisado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à convivência dos alunos entrevistados com pessoas com deficiência, dois conheciam alguma e conviviam com ela, um terceiro disse que só conheceu ao longo de sua vida, mas nunca chegou a conviver e os outros dois afirmaram que nunca conheceram nenhuma pessoa com deficiência.

No que concerne à prática docente, embora ainda sejam alunos de graduação, os entrevistados afirmaram já estar incluídos nessa prática. Todos encontram-se participando de um projeto de iniciação à docência proposto pela Universidade Federal de Pernambuco, o PIBID, que lhes permite o acesso às salas de aula das escolas estaduais com a proposta de contextualização da física com o cotidiano dos alunos; quatro deles já tiveram experiência com aulas preparatórias para exames admissionais no ensino superior e dois deles disseram já atuar como professores na rede privada.

Os dados sobre a experiência docente, a periodização no curso de licenciatura em física e o contato com pessoas com deficiência desses estudantes que estão em formação docente, encontram-se na Tabela 1. Pode-se verificar que todos já estão incluídos na prática docente, entretanto, nenhum deles discutiu a perspectiva inclusiva em sua formação, mesmo o que já cursou todas as disciplinas relacionadas à educação ofertadas em sua grade curricular.

Tabela 1. Experiência, periodização no curso de graduação e conhecimento das barreiras encontradas pela pessoa com deficiência dos futuros professores que poderão atuar com a educação inclusiva.

	Nº DE ENTREVISTADOS	
	SIM	NÃO
Experiência prévia em atividades voltadas à docência	5	-
Já participou de debates sobre a educação no Brasil	5	-
Já cursou disciplinas referentes à didática	4	1
Já cursou todas as disciplinas relativas à educação de sua licenciatura	1	4
Já cursou alguma disciplina com o enfoque da inclusão na educação	-	5
Conhece alguma pessoa com deficiência	3	2
Convive com alguma pessoa com deficiência	2	3

Apesar da inexistente participação em debates sobre a educação inclusiva, todos os alunos entrevistados concordaram que a discussão sobre a mesma deveria estar presente na grade curricular do curso de licenciatura em física por se tratar de uma questão natural na sala de aula; e não só afirmaram a necessidade de tal discussão em sua formação docente, como julgaram que esse tema deveria ser pauta obrigatória em seus cursos, mesmo não ocupando uma grande carga horária.

Na análise de conteúdo, foram escolhidas algumas categorias a partir da recorrência das respostas dos entrevistados aos mesmos tópicos, formando a base para a análise de cada questão.

Em relação à percepção sobre as deficiências e suas implicações na vida social e no sistema educacional, os resultados indicaram grande dificuldade de citar a pessoa com deficiência em seus discursos, mas atribuíram características positivas e indispensáveis à educação, conforme apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição das categorias de respostas dos alunos de licenciatura em física dadas sobre a percepção da educação inclusiva e da pessoa com deficiência

CATEGORIAS	Nº DE ENTREVISTADOS	
	SIM	NÃO
Apresentam dificuldade quanto ao uso de terminologias preconceituosas para se referir a pessoas com deficiência	5	-
Associam a inclusão a questões além da deficiência	3	2
Atribui à perspectiva inclusiva maior garantia da qualidade das aulas	5	-
Atribui à perspectiva inclusiva maior avanço na universalização da educação	5	-

O uso de terminologias preconceituosas foi bastante recorrente, expressões como “tipo de pessoa”, “pessoa necessitada de atendimento diferente”, inferindo que só quem tem deficiência precisa de um atendimento diferente; “portador de deficiência”, “parcialmente normal”, entre outros.

Também verificou-se que embora estes alunos não tenham participado de debates sobre inclusão, intrinsecamente, eles conseguem perceber as vantagens desse processo atribuindo à inclusão o caráter de estratégia para alcançar algumas metas do plano de educação nacional (MEC, 2014) como as metas 1, 2, 3 e 7.

Possivelmente, essa dificuldade com o uso da terminologia adequada, a conexão do processo inclusivo com a garantia de qualidade na oferta educacional e a possibilidade de maior alcance estejam vinculadas ao sentimento de despreparo vivenciado por esses alunos diante de tais questões. É comum que o desconhecimento sobre um assunto seja evidenciado no discurso e que o debate sobre questões inclusivas desperte a necessidade de capacitação na área para ser um profissional mais preparado (OLIVEIRA, 2012).

Sobre o dilema da integração “versus” inclusão que ainda permeia o meio educacional, podem-se observar as considerações dos entrevistados agrupando-as em algumas categorias, mesmo sem fundamentação teórica prévia sobre o assunto, apenas com base em suas experiências de vida, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Distribuição das categorias de respostas dos alunos de licenciatura em física dadas sobre a concepção de integração.

CATEGORIAS	Nº DE ENTREVISTADOS	
	SIM	NÃO
A integração é mais fácil de aplicar no sistema do que a inclusão.	4	-
A integração é um método antigo e deve ser substituído pela inclusão	1	-
A inclusão minimiza o preconceito e as barreiras sociais e comunicacionais enfrentadas pela pessoa com deficiência enquanto a integração pode acentuá-las.	5	-
A inclusão é direito de todos e depende de profissionais capacitados.	5	-
A integração pode fazer parte da inclusão	1	3
A inclusão adapta a escola à todos, enquanto que a integração obriga a criança a se adaptar a escola	5	-

Sobre inclusão, houve unanimidade em afirmar que ela é um direito de todos e depende de profissionais capacitados. Como disse um entrevistado, “... é preciso uma *educação* prévia dos educadores para atender todo *tipo* de pessoa, o que não é algo fácil”. Houve um destaque também na afirmação de que é mais simples lidar com a diversidade segregando quem precisa de atendimento educacional especializado do que repensando as aulas de modo que alcance a todos. No tocante ao planejamento das aulas sob a perspectiva inclusiva, foi dito “eu acho que é bem incômodo, por que você prepara suas aulas normalmente, sem pensar em estratégias (que atendam a todos)...”.

Outro ponto positivo e citado por todos foi a influência do processo inclusivo na minimização das barreiras sociais, atitudinais e comunicacionais que enfrentam os alunos com deficiência. Segundo Silva (2006), a discriminação afeta a autoimagem do aluno levando-o à isolar-se e deixar de frequentar a escola. Faz-se necessário então, além do incentivo da família, o apoio de uma equipe multidisciplinar capacitada a incluir, reabilitando, assim, o aluno ao espaço acadêmico.

Um dos alunos entrevistados citou que a integração pode fazer parte do processo inclusivo, afirmando que é possível incluir, separando os alunos em salas diferenciadas de acordo com suas deficiências. Como comenta Costa (2010), os conceitos de inclusão e integração ainda são muito confusos no meio acadêmico, principalmente, pelo fato que muitos acreditam que os dois processos se complementam.

Duas categorias conversam entre si, quando afirmam que “a integração é um método antigo e deve ser substituído pela inclusão” e que “a inclusão adapta a escola a todos, enquanto que a integração determina que a criança precisa se adaptar à escola”. Embora apenas um dos entrevistados tenha se posicionado quanto à substituição da integração pela inclusão, em nenhum momento os outros alegaram discordar disso, antes corroboraram a ideia ao evidenciar os pontos positivos da inclusão e os pontos negativos da integração. Uma aluna destacou como “evolução” a mudança recente que houve no perfil curricular do curso de licenciatura em física da UFPE, ao incluir como disciplina obrigatória a LIBRAS, única disciplina com esse enfoque em toda a grade curricular.

Na Tabela 4, encontram-se três aspectos básicos da prática docente que foram investigados conforme a demanda inclusiva, mais especificamente relacionando à inclusão de deficientes visuais nas aulas de física. Entre todas as deficiências, notou-se que a deficiência visual é vista como um grande desafio, já que os licenciados em física são formados para ministrarem suas aulas com abundância de recursos visuais e desconhecimento das tecnologias assistivas.

Tabela 4. Distribuição das categorias em aspectos básicos da prática docente sob a perspectiva da inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas ministradas pelos alunos de licenciatura em física.

CATEGORIAS	Nº DE ENTREVISTADOS		
	SIM	NÃO	
	Já pensou em planejar aulas com enfoque inclusivo	-	5
	Se sente preparado para planejar aulas inclusivas	-	4
Planejamento de Aulas	Não planejam com olhar inclusivo por que não esperam encontrar um aluno com deficiência na sala de aula	1	-
	Utiliza apenas recursos visuais durante a aula	5	-
Recursos e metodologia utilizados em	Associam a memorização através da música como recurso sonoro	2	-
	Consideram muito difícil pensar métodos de ensino	3	-



sala	ou recursos que favoreçam a aprendizagem de todos incluindo os alunos com deficiência visual		
	Conhecem a LIBRAS e o BRAILE e sentem-se a vontade em utilizá-los	-	3
Métodos	Sentem-se restritos apenas à avaliação oral	4	-
Avaliativos	Avaliariam a parte prática/quantitativa da disciplina	-	4

4. CONCLUSÕES

O estudo apresentou a visão que alguns alunos da licenciatura em física têm em relação à educação inclusiva e permitiu uma reflexão sobre o que pode ser um indicador do quanto estarão preparados os futuros docentes da área. Os principais resultados apontaram para a necessidade de capacitação com esse enfoque inclusivo, como é visto na Tabela 4, quando todos os cinco entrevistados responderam que nunca pensaram em planejar suas aulas acreditando que poderão lecionar também para alunos com deficiência. Os próprios alunos acreditam que é preciso mudança, afirmam que a inclusão só é possível se a equipe de profissionais da educação estiver capacitada.

Há sim um avanço quanto à inclusão, mas como diz Miranda e Filho (2012), estar matriculado em uma classe regular e frequentando as aulas não garante estar aprendendo com o grupo, é preciso que os professores estejam preparados para trabalhar em meio às diferenças.

Os discursos analisados evidenciam um sentimento de impotência. Ao mesmo tempo em que o aluno entrevistado afirma que a educação é um direito de todos, também afirma que não saberia permitir ao seu aluno em sala de aula o acesso à educação, teria que terceirizá-la a um acompanhante, um intérprete, ao professor especializado em educação especial, entre outros. Estão preparados para ensinar de forma homogênea e não num ambiente diverso.

É importante, contudo, que a formação inicial dos professores trate com solidez dos aspectos gerais que permeiam a educação especial permitindo que estes, percebam na sua prática de docência as necessidades especiais de seus alunos, assim como compreendam a educação inclusiva a partir de um olhar inclusivo. Contribuindo, com isso, para uma prática que considere as contingências e as possibilidades de melhora no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com NEE (necessidades educacionais



especiais) tendo em vista que este aspecto é a função principal da docência. (PINHEIRO, 2010, p. 71)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 12 out. de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 12 de out. de 2016.

COELHO, Luiz Claudio Araújo. **A Educação nas Constituições Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.fa7.edu.br>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

COSTA, A.; **Educação Inclusiva: Elucidando Representações Sociais**. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/viewFile/2826/1953> Acesso em: 13 de out. de 2016.

DIREITO à educação. Disponível em: http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=9 Acesso em: 12 out. 2016.

FERREIRA, Bárbara. **Educação: Escola rejeita aluno com deficiência e caso vai parar na polícia**. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/escola-rejeita-aluno-com-defici%C3%Aancia-e-caso-vai-parar-na-pol%C3%ADcia-1.1133470> Acesso em: 13 out. 2016.

GLAT, R., NOGUEIRA, M. L.; **Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/1647/1055>> Acesso em: 12 de out. de 2016.

GLAT, R., FERNANDES, E. M.; **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira.** Disponível em: <https://pt-static.z-dn.net/files/df5/ac5f60b62303b5061bfba7c01690e129.pdf> Acesso em: 12 de out. de 2016.

IDE M. G., YAMAMOTO B. T., SILVA C. C. B. **Identificando possibilidades de atuação da Terapia ocupacional na inclusão escolar.** Cad Ter Ocup UFSCar. 2011;19(3): 323-32. DOI: 10.4322/cto.2011.004.

MANZINI, E. J.; **A Entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial: Uso e processo de análise.** Projeto ONEESP: p. 1 a 17.

MIRANDA, T. G.; **O professor e a educação inclusiva: Formação, práticas e lugares.** Disponível em: <file:///C:/Users/win/Downloads/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf> Acesso em: 13 de out. de 2016.

MEC. **PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação.** Disponível em: < http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf > Acesso em: 13 de out. de 2016.

OLIVEIRA, E.; **Análise de Conteúdo e Pesquisa na área da Educação.** Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=issue&dd0=55> Acesso em 13 de out. de 2016.

OLIVEIRA, E. S.; **Inclusão social: Professores preparados ou não?** Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224> Acesso em: 13 de out. de 2016.

PINHEIRO, Ana Paula Rocha. **Formação de professores para inclusão de pessoas com necessidades especiais: o caso de cursos de licenciatura da UFRB.** 2010. Monografia - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa/BA, 2010.

PORTAL Brasil. **Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia> Acesso em: 12 de out. de 2016

SILVA, A. F.; **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf> Acesso em: 13 de out. de 2016.

UNESCO. Declaração de Salamanca de 10 de junho de 1994. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 12 de out. de 2016.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

